http://dx.doi.org/10.22420/rde.v19i45.2139

Condições de trabalho na ótica do magistério público:
um estudo a partir da teoria fundamentada

Working conditions from the perspective of public-school teachers:
a study based on grounded theory

Condiciones laborales desde la perspectiva del magisterio público:
un estudio basado en la teoría fundamentada

MARCUS QUINTANILHA DA SILVA[*]
Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB, Brasil.

DANIELE PEREIRA MEIRA CORDEIRO[**]
Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR, Brasil.

MARIA CLARA LIMA DE ARAÚJO[***]
Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB, Brasil.

ARIEL FELDMAN[****]
Universidade Federal do Pará, Belém – PA, Brasil.

RESUMO: O objetivo deste trabalho foi analisar as condições de trabalho docente sob a ótica de profissionais do magistério público de quatro estados brasileiros e da Província de Maule, no Chile. Com base na teoria fundamentada nos dados, a análise qualitativa envolveu um aporte teórico indicando as condições de trabalho no contexto de valorização do/da professor/a, o neoliberalismo, suas relações com a educação e sua potencialidade de precarizar o trabalho docente e a empiria gerada por

[*] Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Professor do magistério superior e permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba. *E-mail*: <marcusquintanilhasilva0@gmail.com>.

[**] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal do Paraná. *E-mail*: <meira.dani05@gmail.com>.

[***] Graduanda em Pedagogia na Universidade Federal da Paraíba. *E-mail*: <mcla@academico.ufpb.br>.

[****] Doutor em História Social. Professor Adjunto e professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura na Universidade Federal do Pará. *E-mail*: <ariel@ufpa.br>.

uma pesquisa envolvendo 194 docentes brasileiros/as e chilenos/as. Os resultados evidenciam a manutenção das preocupações históricas desses/as profissionais, como a intensificação da jornada de trabalho e a má infraestrutura, com o acréscimo de questões contemporâneas que precarizam as condições de trabalho docente, como contratos temporários, sistemas de monitoramento, gestão por resultados e ambiente competitivo e meritocrático gerado pela lógica de mercado na educação.

Palavras-chave: Valorização docente. Condições de trabalho. Neoliberalismo.

ABSTRACT: The goal of this study was to analyze the working conditions from the perspective of public-school teachers from four Brazilian states and from the Maule Region in Chile. Based on grounded theory, the qualitative analysis involved a theoretical framework considering working conditions in the context of teacher valorization, neoliberalism, its relationship with education, and its potential to make teaching work more precarious, as well as empirical data generated by a survey involving 194 Brazilian and Chilean teachers. The results highlight the persistence of these professionals' historical concerns, such as the intensification of working hours and poor infrastructure, with the addition of contemporary issues that make teacher's working conditions more precarious, such as temporary contracts, monitoring systems, results-based management, and a competitive and meritocratic environment created by the market-oriented logic in education

Keywords: Teacher valorization. Working conditions. Neoliberalism.

RESUMEN: El objetivo de este trabajo fue analizar las condiciones laborales de los/as docentes desde la perspectiva del magisterio público en cuatro estados brasileños y en la provincia del Maule, Chile. Basado en la teoría fundamentada en datos, el análisis cualitativo incluyó una contribución teórica que señalaba las condiciones laborales en el contexto de la valoración docente, el neoliberalismo, su relación con la educación y su potencial para precarizar el trabajo docente, así como los datos empíricos generados por una encuesta realizada a 194 docentes brasileños/as y chilenos/as. Los resultados ponen de relieve la continuidad de las preocupaciones históricas de estos/as profesionales, como la intensificación de la jornada laboral y la deficiente infraestructura, a las que se suman problemas contemporáneos que precarizan las condiciones laborales de los/as docentes, como los contratos temporales, los sistemas de

seguimiento, la gestión basada en resultados y un entorno competitivo y meritocrático generado por la lógica del mercado en la educación.

Palabras clave: Valoración docente. Condiciones laborales. Neoliberalismo.

Introdução

O debate sobre a valorização docente no Brasil costuma ter como ponto de partida a política salarial. Contudo, essa afirmativa, embasada por estudos de autoras e autores de referência na área (CAMARGO *et al*, 2009; CAMARGO & JACOMINI, 2011), não exclui outras dimensões que refletem diretamente na materialidade da vida profissional e pessoal do magistério, como as condições de trabalho (CALDAS, 2007; GROCHOSKA, 2015), que, se não contribuem para a ampliação do poder de compra e reprodução da classe trabalhadora, impactam diretamente essa qualidade laboral e de vida.

Outro elemento contemporâneo é a intermitência do trabalho e os efeitos para a precarização do/da sujeito/a em tempos de hegemonia neoliberal. Autores como Maurício Lazzarato (2011), Pierre Dardot e Christian Laval (2016) alinham insegurança laboral, desemprego, precariedade dos contratos de trabalho e a liberalização das relações trabalhistas ao modo de governos neoliberais, conduzindo o/a sujeito/a, de forma involuntária, a tornar-se um/uma empreendedor/a de si, individualizando os riscos, o sucesso e o fracasso em uma sociedade capitalista, considerando apenas a intervenção estatal necessária para a manutenção da concorrência e o mérito como motor do progresso. Neste sentido, os/as professores/as temporários/as ganham relevância heurística, pois, por hipótese, em tempos neoliberais suas condições de trabalho tendem a ser aprofundadas, haja vista que o acesso à carreira e a segurança trabalhista não lhes são permitidos. No entanto, não é apenas com professores/as temporários/as que o fenômeno da precarização do trabalho docente acontece, pois no receituário neoliberal a lógica de mercado se transfere das relações comerciais para as demais dimensões da vida em sociedade (LAZZARATO, 2011; DARDOT & LAVAL, 2016), incluindo o modelo de gestão empresarial dos serviços públicos.

Contudo, em que pese a importância da literatura historicamente construída, considera-se necessário que os/as profissionais do magistério público da educação básica, sujeitos/as que vivem a materialidade das condições de trabalho cotidiana, precisam ser ouvidos/as, e a partir desta audição e tratamento da informação se atualize o debate, a partir da literatura existente. Fruto de um programa de maior amplitude, esta pesquisa emerge com a proposição de analisar as condições de trabalho docente sob a ótica dos/das profissionais do magistério público de quatro estados brasileiros e da Província de Maule, no Chile.

Metodologicamente, utilizou-se a teoria fundamentada nos dados (STRAUSS & CORBIN, 2008; CHARMAZ, 2009; PRIGOL & BEHRENS, 2019), propondo uma triangulação entre o resultado da pesquisa com grupos de professores/as das redes públicas estaduais do Pará, Paraná, Paraíba e Mato Grosso do Sul, dos/das docentes da Província de Maule, no Chile, e a literatura existente em torno das condições de trabalho docente.

A organização do trabalho é composta desta introdução, as considerações finais e quatro seções. Na primeira seção buscou-se estabelecer parâmetros iniciais relativos às condições de trabalho docente, a partir de uma literatura previamente selecionada. Posteriormente, a análise do projeto societário neoliberal foi fundamentada em torno das relações de trabalho e suas prováveis injunções com a precariedade das condições de trabalho. A terceira seção descreveu metodologicamente a produção empírica da pesquisa e, posteriormente, passou-se para a codificação seletiva, analisando os dados a partir do método analítico proposto.

Condições de trabalho e valorização docente

O conteúdo da tese de Marcia Grochoska (2015) refere-se a um conceito de valorização docente, com base nas normativas nacionais (documentos, legislação etc.), a produção acadêmica sobre o assunto e os debates nos movimentos sociais:

> Trata-se de um princípio constitucional que se efetiva por meio de um mecanismo legal chamado carreira, que se desenvolve por meio de três elementos, sendo: a) formação, b) condições de trabalho e c) remuneração, tendo como objetivos a qualidade da educação e a qualidade de vida do trabalhador (GROCHOSKA, 2015, p. 28).

Nesta direção, dois elementos se destacam para os objetivos deste trabalho: a carreira e as condições de trabalho. Sobre a primeira, a autora compreende que "é o mecanismo legalmente instituído na forma da lei, que define normas e regras que propiciam o desenvolver da vida funcional do professor (podendo ou não promover sua valorização), com o objetivo de que ele chegue até sua aposentadoria" (GROCHOSKA, 2015, p. 28). Portanto, a existência, o acesso e o funcionamento regular da carreira profissional da classe trabalhadora docente não garantem o sentido da valorização dado pela autora, mas favorecem um/uma professor/a valorizado/a, a qualidade da educação e da vida do/da trabalhador/a.

Sobre as condições de trabalho, a autora aborda uma gama de trabalhos sobre o tema no Brasil, sendo, inclusive, objeto de exposição frequente na mídia. A inovação do trabalho de Grochoska foi um alinhamento entre esta dimensão – e os complexos elementos que a caracterizam –, a valorização do trabalho e a melhoria da qualidade de vida do/da trabalhador/a, por compreender que sua influência na valorização profissional é

composta por um "conjunto de ações que propiciam meios de exercer sua atividade de forma digna, planejada e com qualidade" (GROSCHOSCA, 2015, p. 30).

Em estudo anterior, Andrea Caldas definiu o tema como "o conjunto de recursos que possibilita uma melhor realização do trabalho educativo e que envolve tanto a infraestrutura das escolas, os materiais didáticos disponíveis, quanto o serviço de apoio aos educadores e à escola" (CALDAS, 2007, p. 77). Partindo desta e de outras definições análogas, Grochoska pautou seu entendimento sobre condições de trabalho, bem como as variáveis relevantes para a valorização profissional dentro de uma unidade de ensino:

> Passo a definir condições de trabalho como indicativo de valorização como sendo o conjunto de ações que propiciam meios de exercer sua atividade de forma digna, planejada e com qualidade. Nesse sentido, entende-se que os elementos vinculados à condição de trabalho são: jornada, hora atividade, número de alunos e saúde do trabalhador. Analisar esses dados – que compõem as condições de trabalho – nos permite compreender como, no dia a dia do professor, essas questões contribuem para maior ou menor valorização e melhor ou pior qualidade de vida do professor (GROCHOSKA, 2015, p. 30).

Portanto, há uma complementariedade entre os apontamentos de Caldas (2007) e os de Grochoska (2015), haja vista que jornada de trabalho (até 40 horas, preferencialmente dedicada à uma unidade escolar), hora-atividade (tempo remunerado destinado ao planejamento, estudo e avaliação), número de alunos/as proporcionalmente adequado ao/à profissional do magistério e aspectos relativos a saúde do/da trabalhador/a, infraestrutura das escolas, materiais didáticos disponíveis, recursos humanos adequados, com corpo técnico especializado e carreira assegurada por concurso público de provas e títulos também foram elencados em outros trabalhos para pensar sobre as condições materiais para o exercício da profissão, em diferentes tempos e contextos (SAMPAIO & MARIN, 2004; CALDAS, 2007; SCHNEIDER, 2014; SILVA, 2023; CARVALHO, 2022). A negação das condições de trabalho, bem como outros aspectos que precarizam o trabalho docente (empregabilidade, salários, rotatividade de professores/as etc.), precisam ser considerados no debate.

Ressalta-se que mesmo que este trabalho assuma como ponto de partida os aspectos supracitados, grifa-se que há no cotidiano elementos quantificáveis, tais como tempo de trabalho, presença em sala de aula, quantitativo de estudantes por turma, salário docente (TARDIF & LESSARD, 2011) e elementos de difícil aferição, como tempo despendido com tarefas laborais em horário de descanso, deslocamentos para mais de uma instituição escolar e/ou para a residência, ambiente escolar avesso a democracia e paz, insegurança laboral, distinção de profissionais por questões de raça, etnia, gênero, classe, níveis de progressão, vinculação contratual, entre outros.

Algumas ações do poder público tendem a ampliar o mal-estar docente gerado pelas condições de trabalho que desfavorecem a atratividade e a permanência na profissão, e

que não se reduzem à remuneração, mas em conjunto com ela oferecem obstáculos significativos para a valorização do/da profissional do magistério. Em regra, tais ações têm uma raiz ideológica: o neoliberalismo.

Neoliberalismo e condições de trabalho: elementos de construção do/da trabalhador/a precarizado/a

O neoliberalismo não é uma ideologia a-histórica, mas uma resposta às crises de acumulação do capital, provocando uma metamorfose no sistema capitalista. Seu objetivo não se limita a uma proposta de política econômica, mas busca uma transformação profunda na sociedade, que influencia diretamente as relações de trabalho e sociais, justamente por buscar a lógica de mercado como base de pensamento em todas as esferas sociais (DARDOT & LAVAL, 2016).

Enquanto projeto de Estado, um termo comumente associado ao neoliberalismo precisa constantemente ser relativizado: Estado mínimo. No senso comum, costuma-se atribuir ao projeto neoliberal a não intervenção do Estado na economia, respeitando as desigualdades como uma ordem natural. Contudo, o modelo de atuação do Estado neoliberal na sociedade já é, implicitamente, interventor, visando "o desenvolvimento da lógica do mercado como lógica normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade" (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 35), tendo na manutenção da concorrência o princípio máximo de suas ações intervencionistas. Portanto, toda e qualquer ação que suprima a livre competição em qualquer relação social/trabalhista/empresarial é tida por neoliberais como uma supressão da liberdade danosa para o progresso econômico e social.

Dardot e Laval (2016) destacam que um dos princípios da racionalidade neoliberal é ampliar a norma da concorrência para o íntimo dos/das sujeitos/as, diluindo o direito público em favor do privado, buscando isentar os governos de responsabilidades e transferindo ao/à sujeito/a toda a responsabilização por suas escolhas. Longe de uma neutralidade, uma postura gerencial/empresarial reforça desigualdades, valoriza o mérito individual, a destituição de ganhos coletivos, a presença do privado em detrimento do público, leva ao definhamento da carreira e dos serviços públicos em prol da ampliação da atuação de instituições do mercado e de uma gestão estatal voltada essencialmente para os resultados (mensuráveis), sem a consideração dos processos pelos quais passaram.

Neste sentido, o/a empreendedor/a de si é o objetivo final do projeto neoliberal na constituição do/da trabalhador/a (LAZZARATO, 2011); uma pessoa 'empresarial', moldada para aproveitar as oportunidades de ganhos e lucros a partir de seu próprio mérito, com a disposição necessária para adentrar numa concorrência com demais indivíduos/as para que, enquanto empresário/a de si, empreendedor/a, assuma os riscos de suas

escolhas, colha seu sucesso e seja responsabilizado/a pelo seu fracasso, sem a intermediação (ou a menor possível) do Estado (LAZZARATO, 2011; DARDOT & LAVAL, 2016). Alguns termos como criatividade, flexibilização, liberdade, eficiência, reformas, austeridade, entre outros, são comumente ligados ao discurso de defensores/as do mercado e, consequentemente, do projeto neoliberal:

> A palavra-chave, mercado, é ainda a mesma do pensamento liberal tradicional, mas o conceito que ela designa mudou. […] É um processo de descoberta e aprendizado que modifica os sujeitos, ajustando-os uns aos outros. A coordenação não é estática, não une seres sempre iguais a si mesmos, mas produz uma realidade cambiante, um movimento que afeta os meios nos quais os sujeitos evoluem e os transforma também. […] Contudo, o mercado não é mais o ambiente natural no qual as mercadorias circulam livremente. (Não é mais de leis naturais) É um processo regulado que utiliza motivações psicológicas e competências específicas. É um processo menos autorregulador do que autocriador, capaz de se autogerar no tempo. E, se não necessita de poderes reguladores externos, é porque tem sua própria dinâmica. Uma vez instaurado, poderia prosseguir em perfeito movimento perpétuo, autopropulsivo, se não fosse desacelerado ou pervertido por entraves éticos e estatais que constituem atritos nocivos (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 139).

O mercado é tido como o lugar de autoformação do/da sujeito/a empreendedor/a de si, pois é individualmente que assumirá os riscos por suas escolhas. De acordo com Marcus Silva (2023), as normas idealmente estabelecidas em um governo neoliberal, como forma de impulsionar o empreendedorismo de si, se resumem na menor intervenção possível de:

> a) relações trabalhistas, priorizando o acordado entre empregador e empregado; b) seguridade social, priorizando a ação individual de procura, se assim escolher, à modelos de seguro privado; c) elevação do conhecimento prático em detrimento ao científico, com vistas a transformar o trabalhador em capital humano, o que garante por si a formação necessária, crescimento, acumulação e valorização de si, gerindo individualmente suas relações, escolhas e condutas para aproveitá-lo em ambiente competitivo, e; d) a valorização da igualdade, não por ação do Estado, mas deste princípio positivado na lei – o Estado não promove a desigualdade, pois, simplesmente o fato de existir com os demais seres humanos e ser tido como igual perante a lei já dá, ao sujeito empresarial, igualdade perante o outro. O trabalhador não é mais um simples fator de produção, mas o responsável pela sua própria rentabilidade (SILVA, 2023).

Na ausência de políticas sociais com vistas à seguridade dos/das sujeitos/as, lidar com os riscos é parte do processo formativo; e as desigualdades formadas neste contexto são tidas pelo/a neoliberal como impulsionadoras do progresso individual e coletivo:

> A construção do precário, do desempregado, do pobre, do trabalhador pobre, a multiplicação de casos e de situações, a ampliação e o aprofundamento da individualização visam fragilizar não só o indivíduo que se encontra nessa situação, mas, de maneira evidentemente diferencial, todas as posições do mercado de trabalho (LAZZARATO, 2011, p. 26).

A individualização do/da sujeito/a perante os riscos inerentes da sociedade capitalista (desemprego, baixos salários, dificuldade de acesso à saúde, insegurança laboral, alimentar, entre outras) é um modelo de objetivação do Estado neoliberal, com evidentes reflexos nas relações trabalhistas e, especialmente no caso deste artigo, nas condições de trabalho docente. Dardot e Laval (2016) reafirmam o diagnóstico de Lazzarato (2011):

> A corrosão progressiva dos direitos ligados ao status de trabalhador, a insegurança instilada pouco a pouco em todos os assalariados pelas novas formas de emprego precárias, provisórias e temporárias, as facilidades cada vez maiores para demitir a diminuição do poder de compra até o empobrecimento de frações inteiras das classes populares são elementos que produziram um aumento considerável do grau de dependência dos trabalhadores em relação aos empregados (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 329).

A política salarial tende a ser o primeiro elemento a ser considerado ou um tema contextual ao debate sobre a valorização docente, pois o/a profissional do magistério está imerso/a em uma sociedade capitalista e, por isso, sua remuneração contribui diretamente para a sua qualidade de vida, no acesso a bens e serviços. Portanto, qual é o sentido de alinhar a precariedade das condições de trabalho ao neoliberalismo? Para esta resposta, nos detemos ao conteúdo da literatura citada até aqui e a breves reflexões sobre algumas características fundamentais do modo operativo neoliberal.

Diretamente relacionadas às condições de trabalho, são fundamentais três características presentes no discurso neoliberal e no contexto de inquietações dos/das profissionais do magistério que participaram desta pesquisa: a concorrência (competição), a meritocracia e a gestão por resultados.

A gestão por resultados é aqui entendida como a condução de um governo neoliberal na educação. Se somente os resultados importam, o modo como cada escola e seus/suas docentes trabalham é pautado pela liberdade de escolha dos/das profissionais, bem como pela busca individualizada de condições para se chegar aos resultados, frequentemente aferidos por testes de larga escala e estandardizados sem a consideração de qualquer contexto socioeconômico, histórico e/ou cultural. Frequentemente, a oferta de bônus, premiações e outras formas de distinção entre melhor (maior nota) e pior (menor nota) são utilizadas como forma de impulsionar a competição (concorrência) e elevar o sentido da meritocracia, pois no neoliberalismo seria a partir do fomento à concorrência que haveria progresso na sociedade, incluindo educacional educação.

Neste contexto, reforça-se que o investimento em despesas de capital e aportes de recursos humanos e financeiros que possibilitem as condições materiais ideais para o exercício da profissão docente, com qualidade de vida, não parecem fazer sentido ao neoliberalismo, pois, no limite, a gestão por resultados sempre trata da promoção do mérito, impulsionado pela concorrência e sem a consideração de aspectos contextuais que influenciam o processo de ensino e aprendizagem. Tais elementos são impulsionados quando o/a sujeito/a se encontra

em insegurança laboral, pois além de não acessar o Plano de Carreira e Remuneração – PCR, ainda se vê com menores rendimentos e, frequentemente, piores condições de trabalho, como jornadas em diversas localidades, comprometimento da hora-atividade, entre outros.

Considerando que o governo neoliberal se pauta pela austeridade fiscal (os recursos são suficientes) e a mínima intervenção no fortalecimento da política social (SILVA, 2021), não há justificativas para que a ação governamental desta natureza ideológica invista em condições de trabalho, formação, remuneração, pois ao ampliar as condições de oferta e do trabalho docente, estaria diminuindo a liberdade de escolha e a criatividade como um modo de resolução do problema de forma individualizada e a partir da própria condução de sua atividade laboral, deixando ao poder público o papel de regulador e, sobretudo, avaliador dos resultados.

Delineamentos metodológicos

Este trabalho parte de uma das referências metodológicas já produzidas por esta pesquisa (SILVA, 2023). Ao construir uma matriz analítica que pudesse realizar uma leitura qualitativa dos Planos de Carreira e Remuneração dos/das profissionais do magistério, o autor considerou, com base em estudos prévios sobre a temática de Grochoska (2015), Rubens Camargo e Marcia Jacomini (2011), a legislação vigente e a convergência de elementos da literatura que evidenciam, a partir da efetividade do dispositivo constitucional denominado carreira, quatro dimensões que têm o potencial de valorizar a profissão docente: remuneração, formação, condições de trabalho e participação e cumprimento dos dispositivos legais de financiamento e transparência pública. Optou-se aqui por aprofundar a dimensão das condições de trabalho.

A opção metodológica deste artigo e da pesquisa na qual ele se insere teve como base a teoria fundamentada (*Grounded Theory*). De natureza qualitativa, esta teoria tem por objetivo identificar, desenvolver e relacionar conceitos sobre um tema específico tendo como base empírica o resultado de codificações provenientes de entrevistas, semiestruturadas ou não (STRAUSS & CORBIN, 2008).

A triangulação de dados tem como ponto de partida a literatura existente. Em confronto com o conteúdo e as temáticas das entrevistas e interações (tratadas previamente), busca-se um movimento de compreensão histórica de novos conceitos em torno de um tema de pesquisa, com definições de procedimentos que enfatizam a relação entre pesquisador/a, tema, sujeitos/as que vivenciam a temática e o contexto no qual estão inseridos/as cotidianamente (PRIGOL & BEHRENS, 2019).

A primeira demarcação metodológica é relativa à empiria. Com o crescimento e a popularização das redes sociais digitais, definidas como uma ferramenta de interações entre indivíduos/as, informação e tecnologias, em que as manifestações ocorrem em "um espaço público desterritorializado, estabelecendo uma interconexão interpessoal universal, sem mediação governamental, com liberdade de expressão e de associação com base em parâmetros

partilhados por todos" (TORRES, 2008, p. 257), estes espaços passaram a apresentar uma possibilidade inovadora de pesquisas que abranjam uma quantidade significativa de interações, sem necessariamente recorrer ao face a face.

O Whatsapp, aplicativo que permite diversos tipos de interação, como enviar e receber textos, vídeos, documentos, fotos, localização e chamadas de vídeo e voz, foi utilizado como ferramenta de reunião de profissionais do magistério público estadual dos estados do Pará, Paraná, Paraíba e Mato Grosso do Sul, além de docentes da província chilena de Maule, de modo a compor cinco grupos de debates sobre a valorização docente. Entre os temas debatidos, as condições de trabalho foram contempladas.

A primeira etapa metodológica consistiu em dois estudos, o piloto e o principal. Em cada um dos locais em que a pesquisa se desenvolveu, as perguntas norteadoras – construídas coletivamente pelo grupo integrante da pesquisa – foram aplicadas, sendo que no piloto elas foram validadas e posteriormente aplicadas a um grupo quantitativamente maior. Em uma dinâmica pautada pela liberdade de manifestação a partir de questionamentos disparadores, horizontalidade entre os/as proponentes do grupo e os/as participantes da pesquisa, as interações se desenvolveram no segundo semestre do ano de 2023, gerando um material empírico significativo.

No total, 194 docentes das redes estaduais e do caso chileno participaram dos grupos, somando os estudos piloto e principal – 36 do Paraná, 23 da Paraíba, 42 do Pará, 47 do Mato Grosso do Sul e 46 do Chile. Em todos os casos, alguns/umas profissionais participaram do estudo-piloto (com perguntas limitadas) e do principal (com todas as perguntas). Os/As participantes não constituíram uma amostra estatística, mas, por conveniência, um tipo de seleção de pesquisados/as não probabilístico, em que "os elementos da amostra são selecionados por conveniência ou facilidade para o pesquisador" (OLIVEIRA *et al*., 2017, p. 82). A partir da rede de contatos de pesquisadores e pesquisadoras, buscaram-se profissionais do magistério em efetivo serviço (estatutários/as ou temporários/as) que aceitassem fazer parte da vivência. As 26 perguntas descritas abaixo, divididas em 10 blocos, embasaram os debates, bem como a posterior análise qualitativa:

Quadro 1: Descrição das perguntas por temáticas aplicadas na pesquisa – 2023

Pergunta	Tema
Se você tem um vínculo temporário, como compreender que isto afeta sua vida?	Contratos precários
Como afeta o trabalho na escola a articulação entre professores/as temporários/as, efetivos/as e os/as que têm aulas extraordinárias?	Contratos precários
Você recebeu alguma gratificação (incentivo, abono ou algum outro complemento não previsto) além de sua remuneração usual no último ano?	Remuneração

Pergunta	Tema
Qual a importância das gratificações no seu planejamento orçamentário pessoal?	Remuneração
Como você avalia o seu poder de compra e a sua qualidade de vida?	Remuneração
Que tipo de gasto consome a maior parte da sua remuneração?	Remuneração
O que você não consegue fazer com a sua remuneração atual?	Remuneração
Você realiza alguma atividade laboral para complementar sua renda?	Remuneração
Você conhece as regras da progressão em vigência na carreira? Como você avalia estas regras para conseguir acessar a progressão na carreira?	Progressões
Há alguma atividade que você realiza em sua rotina de trabalho ou de formação que considera que deveria incorporar regras para progressão na carreira?	Condições de trabalho
Você considera o Estatuto do Magistério e o Plano de Carreira como documentos que contribuem para valorização dos/das profissionais da educação?	Plano de Carreira
Você entende que na rede estadual há aspectos que fomentam a competição entre profissionais na escola ou entre as escolas?	Marcadores neoliberais
Você atua na sua área de formação?	Formação
Em quais disciplinas/áreas diversas das de sua formação você já teve que atuar para completar a sua jornada?	Formação
Para quais tipos de trabalho ou formação você não é remunerado/a, mas que são necessários em seu cotidiano profissional?	Condições de trabalho
Na escola em que você trabalha, como acontece a formação continuada?	Formação
O que você prioriza como formação continuada?	Formação
Qual sua avaliação sobre a formação continuada?	Formação
Há previsão de afastamento/ licenciamento remunerado para fins de estudo / aperfeiçoamento?	Formação
O que você entende por condições de trabalho?	Condições de trabalho
Na sua opinião, de que forma um plano de carreira poderia contribuir para a melhoria de tais condições?	Condições de trabalho
Você tem algum conhecimento sobre suas condições de aposentadoria futura?	Aposentadoria
Há acesso ao debate sobre a aposentadoria em sua rede de ensino?	Aposentadoria
Como é sua jornada de trabalho? Quantas aulas você leciona por semana?	Jornada/condições de trabalho
Você trabalha em apenas uma escola?	Jornada/condições de trabalho
Qual a sua opinião sobre a dedicação exclusiva a uma única unidade escolar?	Jornada/condições de trabalho
Como tem sido sua hora-atividade?	Jornada/condições de trabalho

Fonte: Dados trabalhados pelos/as autores/as, 2023.

A segunda etapa metodológica deste trabalho consistiu numa leitura prévia das interações. Em posse do Atlas TI, um software de auxílio para análises qualitativas de textos, pesquisadores e pesquisadoras iniciaram o que a teoria fundamentada denomina de codificação inicial (STRAUSS & CORBIN, 2008). Trata-se de uma etapa mais ampla e genérica, pois todos os materiais coletados servem como dados, o que torna possível navegar por várias direções teóricas, enunciadas nos dados coletados (PRIGOL & BEHRENS, 2019).

No processo de codificação inicial foram produzidos códigos simples e específicos, identificando elementos a partir de afirmações, conflitos e inquietações dos/das profissionais do magistério que fizeram parte da pesquisa. As comparações fizeram parte do encaminhamento analítico, buscando distinções e similaridades entre afirmativas que pudessem, principalmente na fase posterior, convergir em códigos mais elaborados que representassem as percepções dos/das participantes sobre o tema em debate. Mesmo que nem todas as perguntas elencassem as condições de trabalho como tema, todo o debate foi considerado, por entender que a referida temática foi abordada como conteúdo de resposta em apenas um momento, mas estava inserida no debate de forma transversal aos temas.

Posteriormente à codificação axial – interpretada por Edna Prigol e Maria Aparecida Behrens (2019) a partir da construção teórica de Anselm Strauss e Juliet Corbin (2008) como um procedimento de recomposição de dados da pesquisa, considerando o contexto do estudo, reorganizando os códigos e desenvolvendo a/as categoria/as – buscou-se, em um movimento dialógico, sintetizar a quantidade de códigos gerados, subdividir a categoria *condições de trabalho* em temas e situar os elementos do neoliberalismo que ficaram explícitos na manifestação dos/das participantes, sob forma de códigos.

> A redução das categorias é o meio de se delimitar a teoria emergente, momento em que o investigador pode descobrir uniformidades no grupo original de categorias ou suas propriedades e pode, então, formular a teoria com um grupo pequeno de conceitos de alta abstração, delimitando a terminologia e texto. A lista de categorias é também delimitada quando elas se tornam teoricamente saturadas. Desta maneira a quantidade de dedos que o analista precisa codificar passa a ser consideravelmente reduzida, possibilitando mais tempo para estudar e analisar dados. Portanto o universo dos dados é fruto da redução delimitação e saturação de categorias (CASSIANI, CALIRI & PELÁ, 1996, p. 83).

Avançando no tratamento da informação, a codificação seletiva considerou as condições gerais dos/das participantes do estudo, de modo a construir uma relação teórica com o conteúdo da pesquisa, visando uma intersecção dos códigos e subcategorias à categoria central (condições de trabalho), com o objetivo de induzir o/a investigador/a a desenvolver alguma estrutura teórica, conforme preconizam Strauss e Corbin (2008).

Os passos estruturados conforme a Teoria Fundamentada identificaram convergências e aproximações que, na figura abaixo, se apresentam em códigos subdivididos em três subcategorias. Destaca-se também uma categoria específica, denominada de *marcadores neoliberais*, ou seja, três códigos que permearam todo o debate da pesquisa, incluindo as condições de trabalho. São eles: competição, meritocracia e gestão por resultados.

Quadro 2: Descrição da categoria Condições de Trabalho por subcategorias e códigos – 2023

CATEGORIA: CONDIÇÕES DE TRABALHO	
SUBCATEGORIAS	**CÓDIGOS**
Erradicação e prevenção do adoecimento docente	Adoecimento
	Sobrecarga de trabalho
	Falta de recursos
	Sobrecarga emocional
	Escassez de equipe técnica pedagógica
	Fragilidade do vínculo empregatício
	Valorização profissional
	Plano de carreira
	Falta de autonomia
	Infraestrutura física
	Percepção da remuneração
	Qualidade de vida
Jornada de 40 horas, preservando o terço reservado para estudos, planejamento e avaliação	Sobrecarga de trabalho
	Jornada de trabalho
	Hora-atividade
	Plano de carreira
	Qualidade de vida
	Piso Salarial Profissional Nacional
	Percepção de remuneração
Regras de cálculo para aposentadoria	Valorização profissional
	Plano de carreira
Dedicação exclusiva a uma unidade escolar	Sobrecarga de trabalho
	Falta de representatividade
	Falta de vínculo com a escola
	Plano de carreira
	Qualidade de vida

Fonte: Dados trabalhados pelos/as autores/as, 2023.

Dos 34 códigos gerados, 17 tiveram relação com a dimensão trabalhada neste artigo. Considerando a natureza coletiva de dispor das informações qualitativas para a produção de novos textos com outras dimensões, construiu-se um dicionário que, de forma sintetizada, especifica o significado de cada código, pois alguns deles também estiveram presentes nas outras categorias consideradas na pesquisa ampla:

Quadro 3: Descrição dos códigos produzidos na codificação axial - 2023

Código	Descrição
Adoecimento	Associação das condições de trabalho ao adoecimento docente
Sobrecarga de trabalho	Circunstâncias laborais que geram sobrecarga de trabalho
Falta de recursos	Associação da falta de condições de trabalho à escassez de recursos
Sobrecarga emocional	Associação das condições de trabalho à saúde mental
Escassez de equipe técnica pedagógica	Condições de trabalho afetadas pela insuficiência de profissionais
Falta de representatividade	Ambiente de trabalho desconfortável associado à autocracia
Fragilidade do vínculo empregatício	Professores/as temporários/as têm piora nas condições de trabalho
Jornada de trabalho	Associação da ampliação da jornada e de locais de trabalho
Hora-atividade	Falta de previsão de hora-atividade gera sobrecarga de trabalho e más condições de trabalho
Falta de vínculo com a escola	Trabalho em mais escolas piora as condições de trabalho
Valorização profissional	Condições de trabalho e ampliação da participação nos processos decisórios da escola valorizam o/a profissional escolar
Plano de carreira	Como que os planos de carreira podem contribuir para a melhoria das condições de trabalho
Falta de autonomia	Cerceamento da liberdade pedagógica e da participação do/da professor/a nos processos decisórios da escola pioram as condições de trabalho
Infraestrutura física	Saneamento básico, climatização, acesso a tecnologias, banheiros, material pedagógico (entre outros) e a relação de estudantes por professor/a são elementos que contribuem para a melhoria das condições de trabalho
Percepção da remuneração	Associação entre a remuneração e as condições de trabalho. Posicionamentos com caráter de avaliação subjetiva das condições de remuneração. Podem conter citações que explicam a composição da remuneração sob a perspectiva do professor/a.
Qualidade de vida	Condições de trabalho contribuem para a qualidade de vida do/da professor/a.
Competição (marcadores neoliberais)	Manifestações transversais à todas as categorias, referente ao modo como os/as professores/as, escolas e redes são postos em competição, seja por prestígio ou bonificação financeira. Código a ser considerado em todas as categorias.

Código	Descrição
Meritocracia (marcadores neoliberais)	Discurso e prática presente como balizador da qualidade do trabalho, resultado da imposição de uma gestão por resultados em contexto de competição/concorrência. Código a ser considerado em todas as categorias.
Gestão por resultados (marcadores neoliberais)	Gestão de rede/escola conduzida para os resultados, apoiada em valoração dos testes de larga escala, indicadores educacionais e a superação destes em relação a outras instituições, frequentemente desconsiderando contextos de escola e a qualidade da educação como processo. Pode envolver bônus e gratificação por resultados. Código a ser considerado em todas as categorias.

Fonte: Dados trabalhados pelos/as autores/as, 2023.

Houve a utilização de dois códigos de controle: valorização e desvalorização. No conteúdo empírico dos cinco grupos de WhatsApp da entrevista foram sublinhados 736 trechos nos quais havia algum tema ou conteúdo de relevância para o tema da valorização docente, sendo 371 manifestações alinhadas ao contexto de desvalorização profissional e 96 de valorização. Tal indicativo é especialmente importante, pois a descrição dos códigos não considerou um juízo de valor sobre cada um, mas como cada codificação contribui para a melhoria ou a piora das condições de trabalho. Além disso, cada citação foi codificada com o nome do estado em que o/a docente está vinculado/a e um número, na ordem sequencial, das manifestações na pesquisa (exemplos: Paraíba, citação 2).

Dada a fundamentação metodológica deste trabalho, a seção seguinte propõe uma codificação seletiva (STRAUSS & CORBIN, 2008) ou, de acordo com Kathy Charmaz (2009), teórica. Apesar de diferenças pontuais, o objetivo desta etapa é o mesmo: construir um tratamento qualitativo do tema de interesse a partir da triangulação entre categorias, subcategorias, códigos e a literatura.

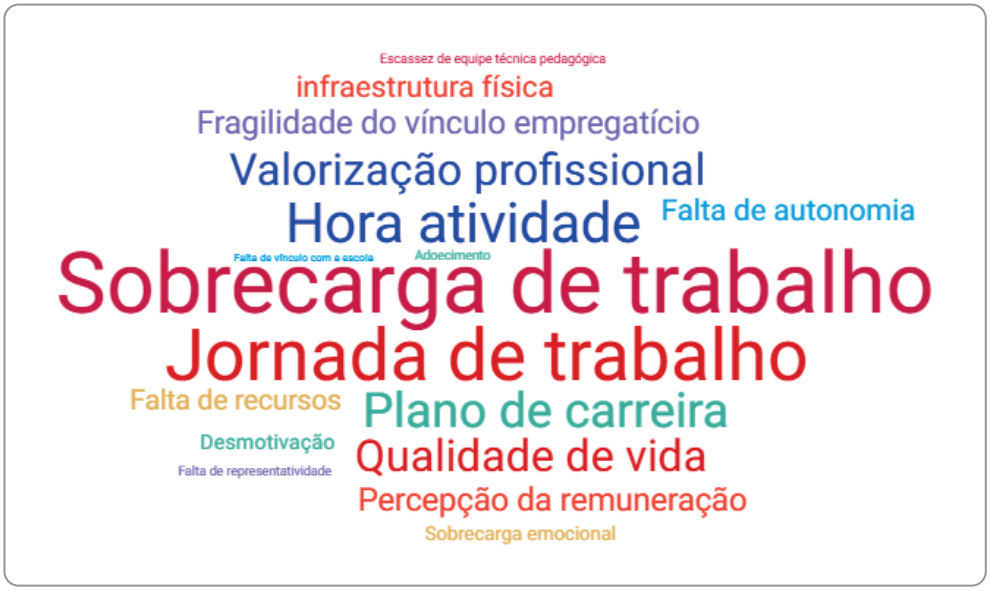
Codificação seletiva: análise da percepção das condições de trabalho pelos/as participantes da pesquisa

Marcia Grochoska (2015) salienta que há uma complexidade das condições de trabalho no contexto da valorização profissional. Na visão da autoria deste artigo, a complexidade citada se alinha aos contornos que a dimensão histórica pode caracterizar o debate, redesenhando em tempos históricos distintos o conceito e as demandas em torno do tema. Contudo, tal cenário não elide a possibilidade na qual este artigo se propõe: uma triangulação entre a literatura existente, as categorias, subcategorias e códigos gerados na pesquisa empírica; e, a partir destes elementos, uma codificação seletiva que indique tendências contemporâneas para o tema.

Considera-se a conjunção de elementos de intersecção e diálogo dos estudos citados (GROCHOSKA, 2015; SCHNEIDER, 2014; SILVA, 2023; CALDAS, 2007) como pontos de partida da literatura para o debate sobre as condições de trabalho. É um conjunto de fatores que, no âmbito da escola, envolvem a infraestrutura, os recursos didáticos e humanos especializados para a gestão e a prática pedagógica, o respeito à jornada (preferencialmente em uma instituição e até 40 horas semanais), o tempo reservado para estudos, planejamento e avaliação (hora-atividade), a proporção adequada de estudantes por docente, ambiente escolar democrático e pacífico e as interferências da precariedade das condições de trabalho na saúde e na qualidade de vida da classe trabalhadora do magistério.

Inicialmente é possível estabelecer uma constatação: há uma preocupação evidente com as consequências da precariedade das condições de trabalho para a classe trabalhadora, na medida em que a sobrecarga de trabalho e a qualidade de vida foram códigos protagonistas nas manifestações dos/das profissionais do magistério no curso da pesquisa. Além disso, destacam-se os códigos que foram associados à jornada de trabalho, como os códigos de nome análogo e hora-atividade, corroborando as constatações de Grochoska (2015) relativas à importância da regulamentação das jornadas laborais docentes para a qualidade do trabalho e da vida do magistério. A nuvem de palavras abaixo simboliza este protagonismo, com os códigos mais evidentes nas pesquisas.

Figura 1: Nuvem de palavras a partir da frequência dos códigos na análise qualitativa - 2023



Fonte: Dados trabalhados pelos/as autores/as, 2023.

Ao considerar as subcategorias relativas à dimensão estudada, ambas convergem em uma perspectiva específica: os/as participantes da pesquisa indicaram que um plano de carreira adequado para as necessidades de preservação da qualidade de vida do corpo docente conduz à valorização docente, gerando um código de nome análogo. A negação da valorização (isto é, a desvalorização via plano de carreira) estaria aliada aos códigos *sobrecarga de trabalho*, *jornada de trabalho* e outros códigos dialógicos (sobrecarga emocional, falta de recursos, escassez de equipe técnica pedagógica, falta de autonomia, infraestrutura física, percepção da remuneração, jornada de trabalho e hora-atividade), pelo entendimento que contribuiriam para a precarização do trabalho docente: a ausência de um plano de carreira efetivo e voltado para a melhoria da qualidade de vida do/da profissional do magistério, com recursos humanos e financeiros escassos, falta de autonomia, remuneração incompatível com o custo de vida para além da reprodução da classe trabalhadora, insuficiência de tempo remunerado para descanso e hora-atividade, jornada extensa e em mais de uma localidade e infraestrutura física precária.

Uma professora do Pará, ao ser questionada sobre o potencial de um plano de carreira voltado para a valorização docente e a relação com as condições de trabalho respondeu: "*se o mesmo fosse efetivado, poderíamos sim ter a chance de ter condições dignas de trabalho em termos financeiros, pedagógicos, psicológicos e até mesmo emocionais*" (Pará, citação 47, 2023), evidenciando que, além de existir, o plano precisa estar em vigência no âmbito da ação pública. As realidades dos estados brasileiros indicaram que há obstáculos comuns, como a efetividade do terço de hora-atividade previsto na legislação nacional (BRASIL, 2008) e a ausência de uma indicação de quantitativo proporcional adequado de número de estudantes por turma. Mas de modo geral, os/as profissionais do magistério tendem a atribuir ao plano de carreira, de forma mais explícita, a responsabilidade pela regulação de aspectos relativos a outras dimensões da valorização docente, como a remuneração e a formação.

Outros elementos, previstos no plano de carreira ou não, que se destacaram nas manifestações dos/das profissionais do magistério participantes da pesquisa se referem a aspectos de difícil mensuração, como um ambiente democrático, com identidade e segurança laboral, simbolizados pelos códigos *falta de autonomia*, *falta de representatividade* e *falta de vínculo com a escola*, além dos citados anteriormente.

Por um lado, exige-se um ambiente democrático e pacífico que, na visão dos/das profissionais do magistério, constrange a classe trabalhadora quando não acontece, especialmente no caso dos/das professores/as temporários/as, que além de não acessarem a carreira, sofrem com a distinção na comparação com docentes efetivos/as, como afirma uma docente paraibana: "*Fui temporária por 4 anos. Não tinha voz na distribuição de carga horária e disciplinas (para mim era a pior parte). E não tinha voz nos conselhos*" (Paraíba, citação 54, 2023).

Uma professora da rede estadual paranaense ampliou a dimensão da precarização em outra realidade: "*o vínculo precário desorganiza a escola, porque esse profissional não consegue criar vínculo com a escola, não tem condições de conhecer o PPP, porque está em muitas escolas e todo ano muda de local de trabalho*" (Paraná, citação 99, 2023). Isso indica que, além de contribuir para a distinção, insegurança laboral e ausência de acesso à carreira, impõe ao/à profissional o não reconhecimento identitário com a escola.

A subcategoria *erradicação e prevenção do adoecimento docente* é a mais presente nas manifestações dos/das profissionais do magistério. A preocupação com o adoecimento na profissão, sobretudo pela sobrecarga de trabalho, a desvalorização profissional e sua influência na qualidade de vida foram elementos trazidos nos quatro estados e no estudo chileno. Uma professora paranaense afirmou: "*precarização/uberização do trabalho docente tem impacto não só na vida escolar quanto na saúde dos profissionais. Se desdobrar em tempos e espaços sem condição de deslocamento, alimentação, saúde psicológica, só tem prejudicado a qualidade do processo de ensino-aprendizagem*" (Paraná, citação 100, 2023), afirmativa que se alinha à perspectiva de várias de suas colegas, considerando que a precariedade (de vínculo, condições materiais, recursos humanos, pedagógicos, alimentares, entre outros) imposta a docentes tende a contribuir para a queda da qualidade da educação.

Há um alinhamento indireto entre condições de trabalho e aposentadoria na percepção dos/das participantes. Contudo, boa parte dos/das profissionais desconsideram esta preocupação como imediata, se referindo no decorrer da pesquisa a problemas que consideraram momentaneamente mais urgentes, como os já citados até aqui.

No caso chileno, as preocupações com as condições de trabalho estão mais alinhadas ao constrangimento causado pelos marcadores neoliberais impostos a profissionais do magistério e seus reflexos na sobrecarga de trabalho do que a aspectos comumente ligados aos desafios da educação brasileira, como a infraestrutura escolar, exemplificados em trabalhos com os de Gabriela Schneider (2014).

Este parece ser um ponto importante, pois a ausência de condições mínimas de trabalho perpassa gestões educacionais que promovem sistemas internos à escola e externos (entre as escolas) de competição (via resultados em testes de larga escala e prêmios que os/as distinguem enquanto classe), valorização do mérito em detrimento da função social da escola, em um viés equitativo, e a ênfase nos resultados em detrimento do processo.

Os códigos relativos aos marcadores neoliberais (competição, meritocracia e gestão por resultados) dialogam com a literatura que busca compreender o neoliberalismo como projeto de sociedade e de influência no contexto competitivo e individualizado das relações trabalhistas (DARDOT & LAVAL, 2016; LAZZARATO, 2011; SILVA, 2023). Por serem transversais, eles perpassam toda a discussão, entendendo-se que se os resultados são importantes, as condições de oferta não estão na pauta prioritária governamental, pois o objetivo é criar um clima no qual criatividade e concorrência se sobreponham à

qualidade de vida do/da trabalhador/a, dogma de excelência neoliberal para o progresso econômico e social (DARDOT & LAVAL, 2016; LAZZARATO, 2011).

Nesta direção, os reflexos das más condições de trabalho (adoecimento, mal-estar, desmotivação, entre outros) alinham-se diretamente à ideologia neoliberal, bem como aprofundam os obstáculos para a valorização docente de profissionais com contratos efêmeros, como temporários/as, prestadores/as de serviço e afins.

Os códigos que descrevem as subcategorias e a categoria principal deste trabalho tendem a descrever mais os males da ausência de boas condições de trabalho, conforme autores e autoras citados/as neste trabalho (CALDAS, 2007; GROCHOSKA, 2015; SCHNEIDER, 2014; CARVALHO, 2022), mas não as ignora no processo de reafirmação da demanda da classe trabalhadora docente por melhores possibilidades do exercício de sua profissão.

Quando governos neoliberais aceleram a precariedade da carreira e das condições de trabalho do magistério público (Silva, 2021), refletem-se nas manifestações da docência os males causados pelo projeto neoliberal, bem como o contexto de permanente luta da classe trabalhadora na história da profissão docente no Brasil (VICENTINI & LUGLI, 2009). Em espaços de livre manifestação, os/as docentes tendem a expor seus anseios em busca da melhoria de sua condição. Neste sentido, as condições de trabalho podem ser entendidas como uma materialização política do modo como o Estado compreende o exercício da profissão docente, podendo ser um trabalho que carece de condições para o exercício da profissão, tais como infraestrutura escolar, remuneração adequada, ambiente seguro, democrático e saudável, tempo remunerado para planejamento, estudo e avaliação, recursos humanos e pedagógicos; ou então um trabalho manual e procedimental, voltado para a execução de processos previamente delimitados, com ênfase na gestão da educação para resultados, considerando a concorrência e o mérito como motores do sucesso educacional.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi analisar as condições de trabalho docente sob a ótica dos/das profissionais do magistério público de quatro estados brasileiros e da província chilena de Maule. Da triangulação entre os aspectos centrais trazidos na literatura e o tratamento das informações da pesquisa elaborada com profissionais do magistério, surgiram elementos importantes para o contexto histórico atual.

A hegemonia neoliberal no projeto societário nacional é elemento importante, pois parece reverberar nas manifestações dos/das participantes da pesquisa. Aspectos contemporâneos do trabalho docente, como a insegurança laboral causada pela ampliação de contratos precários e seus efeitos foram evidenciadas.

Contudo, há elementos que, historicamente, permanecem na pauta de preocupações dos/das profissionais do magistério, como a necessidade de cumprimento de normativas legais (do terço de hora-atividade, por exemplo) e o avanço na formalização de elementos que influenciam a qualidade do trabalho e da vida da classe trabalhadora, como a proporção de estudantes por professor/a, a jornada de trabalho, os recursos humanos e pedagógicos, a infraestrutura, entre outros.

Os obstáculos interpostos pela lógica neoliberal (concorrência/competição, meritocracia e gestão por resultados) parecem influenciar diretamente nas condições de trabalho. A busca de um ambiente democrático, pacífico e salutar para o exercício da profissão converge para a melhoria das condições de trabalho, entre as quais a manutenção do estado de vigilância e a luta da classe trabalhadora para angariar conquistas que ampliem sua qualidade de vida.

Recebido em: 15/06/2024; Aprovado em: 19/05/2025.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea "e" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. 2008. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 17 jul. 2008.

CALDAS, Andrea do Rocio. *Desistência e resistência no trabalho docente*: um estudo das professoras e professores do ensino fundamental da rede municipal de educação de Curitiba. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

CAMARGO, Rubens Barbosa; GOUVEIA, Andrea Barbosa; GIL, Juca; MINHOTO, Maria Aparecida Pedra. Financiamento da educação e remuneração docente: um começo de conversa em tempos de piso salarial. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Goiânia, v. 25, n. 2, p. 341-363, maio/ago. 2009.

CAMARGO, Rubens Barbosa & JACOMINI, Marcia Aparecida. Carreira e salário do pessoal docente da educação básica: algumas demarcações legais. *Educação em foco*, Belo Horizonte, ano 14, nº 17 p. 129-167, jul. 2011.

CARVALHO, Adriana de Fátima Nibichiniack. *Socialização profissional de um grupo de professores temporários de Ciências e Biologia da rede estadual de ensino do Paraná e a precarização das condições de trabalho*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

CASSIANI, Silvia Helena de Bortoli; CALIRI, Maria Helena Larcher & PELÁ, Nilza Tereza Rotter. A teoria fundamentada nos dados como abordagem da pesquisa interpretativa. *Rev. latino-am. enfermagem*, v. 4, n. 3, p. 75-88, dezembro 1996.

CHARMAZ, Kathy. *A Construção da Teoria Fundamentada*: guia prático para análise qualitativa. Tradução: Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

GROCHOSKA, Marcia Andrea. *Políticas educacionais e a valorização do professor*: carreira e qualidade de vida dos professores de educação básica do município de São José dos Pinhais/PR. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

LAZZARATO, Maurizio. *O governo das desigualdades*: crítica da insegurança neoliberal. Tradução: Renato Abramowicz Santos. São Carlos: EdUfscar, 2011.

OLIVEIRA, Marta Olivia Rovedder de *et al*. Análise da qualidade dos artigos científicos da área de marketing publicados no Brasil: as pesquisas Survey na década de 2000. *REAd*, Porto Alegre, ed. 86, n. 1, jan./abr. 2017, p. 54 – 87.

PRIGOL, Edna Liz & BEHRENS, Maria Aparecida. Teoria Fundamentada: metodologia aplicada na pesquisa em educação. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 44, n. 3, e84611, p. 1 – 20, 2019.

SAMPAIO, Maria Mercedes Ferreira & MARIN, Alda Junqueira. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1203-1225, 2004.

SCHNEIDER, Gabriela. *As ações do Governo Federal no âmbito das condições materiais e estruturais da escola: uma problematização a partir do conceito de justiça social*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SILVA, Marcus Quintanilha da. A constituição do homem empresarial nos planos de carreira dos profissionais do magistério: uma proposta de matriz analítica. *Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, v. 8, p. 1–18, 2023.

SILVA, Marcus Quintanilha da. *Valorização do magistério e austeridade fiscal em Curitiba*. Relatório (Pós-Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

STRAUSS, Anselm & CORBIN, Juliet. Pesquisa Qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TARDIF, Maurice & LESSARD, Claude. *O trabalho docente*: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 6 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

TORRES, Juliana Cutolo. Cyborgcracia: entre a gestão digital dos territórios e as redes sociais digitais In: FELICE, Massimo Di (Org). *Do público para as redes*: a comunicação digital e as novas formas de participação social. 1. ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2008. p. 226 – 285.

VICENTINI, Paula Perin & LUGLI, Rosário Genta. *História da profissão docente no Brasil*. São Paulo: Cortês, 2009.